

Dayse Rodrigues dos Santos
Nila Luciana Vilhena Madureira
Mary Jose Almeida Pereira

Organizadoras

**CONQUISTAS,
REFLEXÕES
E DESAFIOS
NA FORMAÇÃO
CONTINUADA
DOCENTE
VOLUME II**



2020

Dayse Rodrigues dos Santos
Nila Luciana Vilhena Madureira
Mary Jose Almeida Pereira
(Organizadoras)

**Conquistas, reflexões e desafios na
formação continuada docente
Volume II**



Pantanal Editora

2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora e Canva.com
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| C753 | <p>Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente [recurso eletrônico] : volume II/ Organizadoras Dayse Rodrigues dos Santos, Nila Luciana Vilhena Madureira, Mary Jose Almeida Pereira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-01-7 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319017</p> <p>1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Santos, Dayse Rodrigues dos. II. Madureira, Nila Luciana Vilhena. III. Pereira, Mary Jose Almeida.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.1</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O referido e-book “Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente volume II” se trata de mais uma realização editorial, que tem por objetivo dispor aos profissionais que atuam na área de ensino e da pesquisa em educação no Brasil, trabalhos que analisam o contexto da educação brasileira. Ele é composto por sete capítulos envolvendo temas diversos sobre o debate atual da formação de professores.

Portanto, da nossa parte, convidamos os professores leitores deste livro a refletirem, a agirem, e a internalizarem o propósito de mudança como um compromisso, assumido sobre a natureza e o conteúdo de sua profissão, quais seriam: remeter o planejamento do ensino, a organização dos conteúdos, articulados ao contexto sócio- cultural dos alunos e as suas necessidades concretas, de modo que tais medidas possam assegurar-lhes a apreensão do conhecimento científico, da arte, da filosofia, a ampliação da capacidade de pensar, em que a escola, nesse sentido, possa contribuir nas lutas pela eliminação da desigualdade social, formando uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Assim, reunimos oito investigações e reflexões a começar o **capítulo I**, intitulado *Educação e Internet: um estudo sobre o estado da arte (2007-2016)*, do autor Mauricio dos Reis Brasão, tem por objetivo mapear as produções no período de 2007 a 2016, que compreende as políticas educacionais brasileiras referentes à abordagem da Internet nas escolas. A partir das pesquisas realizadas o autor pontua os desafios da democratização do acesso a internet nas escolas.

No **capítulo II**, cujo título é *Memórias discentes sobre a avaliação da aprendizagem – Pressupostos à formação continuada docente*, escrito por Beatriz Maria Zoppo, Claudino Gilz, Ana Paula de Andrade Janz Elias, tem por objetivo analisar um conjunto de memórias discentes que se encontram a cursar etapas da Educação Básica ou que já a concluíram, os pressupostos correlatos à formação docente.

No **capítulo III** aborda o seguinte tema *Gênero discursivo cartão-postal digital: uma proposta de aplicação no ensino de Língua Inglesa na Educação de Jovens e Adultos*, das autoras Patrícia Maria da Silva, Viviane Cristina de Alencar Tomé e Anair Valênia, traz a experiência reflexiva do uso do gênero cartão-postal digital em turma de jovens e adultos em Goiás.

No **capítulo IV**, que aborda o tema *O Pnaic no Campo das Políticas de Formação Continuada do Professorado Campesino: estrutura, enfoques e impactos na Amazônia Bragantina*, elaborado pelos autores Daniel Rodrigues Corrêa e Waldir Ferreira de Abreu, pretende problematizar as questões que envolvem a política de educação no campo.

No **capítulo V** intitulado *Análise dos repositórios Educacionais Brasileiros para a Educação Básica*, dos autores Maria Cristina Mesquita da Silva e Queila Pahim da Silva tem por objetivo identificar quais foram e são os principais repositórios educacionais brasileiros criados pelo MEC/BRASIL, em especial

para a educação básica. Os autores identificaram as bases ativas e os documentos e serviços disponíveis em cada uma delas para auxílio do professor.

No **capítulo VI**, cujo tema é sobre o *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas: formação continuada docente*, dos autores Dayse Rodrigues dos Santos e Maria Nilva Rodrigues Neves, tem por objetivo refletir sobre o a formação continuada docente, proporcionada pelo “Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas”, o qual disponibiliza o projeto de intervenção, evidenciando as técnicas de revisão bibliográfica, assim como os dados interinstitucionais e a análise documental.

No **capítulo VII**, intitulado *Avaliação educacional e sua repercussão na formação e no trabalho dos professores do Brasil*, das autoras Mary Jose Almeida Pereira e Nila Luciana Vilhena Madureira tem por objetivo analisar a formação de professores e a influência da avaliação em larga escala, assim como a sua relação com o IDEB. Desse modo, o referido artigo pretende evidenciar como esses aspectos repercutem sobre a formação de professores e conseqüentemente no trabalho do professor.

Por fim, esperamos que este e-book possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novos avanços na formação continuada docente. Assim, garantir para a sociedade uma difusão de conhecimentos consolidados e amparados por fundamentos teóricos.

As organizadoras


SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 5 |
| Capítulo I | 7 |
| Educação e Internet: um estudo sobre o estado da arte (2007-2016) | 7 |
| Capítulo II | 19 |
| Memórias discentes sobre a avaliação da aprendizagem – Pressupostos à formação continuada docente | 19 |
| Capítulo III | 40 |
| Gênero discursivo cartão-postal digital: uma proposta de aplicação no ensino de Língua Inglesa na Educação de Jovens e Adultos..... | 40 |
| Capítulo IV | 55 |
| O PNAIC no Campo das Políticas de Formação Continuada do Professorado Campesino: estrutura, enfoques e impactos na Amazônia Bragantina | 55 |
| Capítulo V | 74 |
| Análise dos Repositórios Educacionais Brasileiros para a Educação Básica | 74 |
| Capítulo VI | 89 |
| Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas: formação continuada docente | 89 |
| Capítulo VII | 99 |
| Avaliação educacional e sua repercussão na formação e no trabalho dos professores do Brasil... .. | 99 |
| Índice Remissivo | 111 |


Análise dos repositórios educacionais brasileiros para a educação básica

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 03/07/2020

 10.46420/9786588319017cap5

Maria Cristina Mesquita da Silva^{1*}

Queila Pahim da Silva² 

INTRODUÇÃO

Inúmeros são os desafios e dilemas que a educação brasileira enfrenta. Um deles diz respeito a rápida evolução da tecnologia e a imensa quantidade de dados que se produz e que se multiplicam na rede, já que são fatos de uma realidade cada vez mais presente em nosso cotidiano e que tem modificado tanto nossa comunicação, como as estratégias de ensino e aprendizagem. No que se refere à educação básica, os tantos dados que são produzidos, assim como os materiais que resultam de sua sistematização têm sido organizados, cada vez mais, por meio de repositórios educacionais.

Os repositórios educacionais são bases de dados online que reúnem objetos educacionais de uma ou mais instituições ou áreas temáticas, em formatos diversos e que podem ser acessados de forma gratuita, os quais podem servir como fontes de consulta tanto para elaboração de aulas, como para formação continuada docente. É permitido ao usuário fazer o compartilhamento, impressão ou download do material pesquisado (Müller, 2012).

No Brasil, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), iniciou a instituição em 1999, de repositórios em âmbito nacional para a acolhida e divulgação de materiais educacionais voltados à educação básica e superior.

Com o objetivo de identificar quais foram/são os principais repositórios educacionais brasileiros criados pelo MEC, em especial para a educação básica, verificando as suas características em comum, os históricos de implantação e a permanência destes repositórios ao longo do tempo, foi realizada essa

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Analista em C&T na Capes/MEC. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Professora do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

Parte deste trabalho foi publicado no XXII Congresso Internacional Edutech, realizado em Lima, Peru, no ano de 2019.

* Autor de correspondência: cristina.mesquitas@gmail.com

pesquisa, que consiste nesta introdução, marco teórico, material e métodos, resultados e discussão, considerações finais e referências consultadas.

REPOSITÓRIOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS

De acordo com Nascimento (2009), os repositórios são classificados de várias maneiras, como repositórios digitais, educacionais, institucionais, de objetos de aprendizagem e referatórios³. Litto (2010) informa que os referatórios são bases de dados que não fazem armazenamento de objetos de aprendizagem, mas sim, dos metadados dos objetos, com links para os objetos em repositórios institucionais e pessoais. Segundo o autor (Litto, 2010) “Referatórios são facilitadores que ajudam na procura de recursos educacionais na web, classificando os metadados e apontando a localização dos objetos.”

Os repositórios educacionais abertos surgem no bojo dos avanços tecnológicos e da necessidade de tornar acessíveis os conhecimentos. Estes recursos funcionam como bibliotecas públicas ou comerciais que reúnem vários objetos de aprendizagem na forma de arquivos digitais (textos, apresentações, animações, simulações, imagens, vídeos) ou outros materiais não-digitais (Balbino, 2007). Nesse sentido, Vechiato et al. (2017) acentuam que,

No contexto do movimento de acesso aberto, duas iniciativas se destacam, os sistemas de publicação (representado pelos periódicos científicos) e os repositórios. Assim, as novas informações científicas são publicadas nos periódicos, mas podem ser preservadas e acessadas nos repositórios. Esse conceito inicial justifica o nome de repositório, que, morfológicamente, significa, re (novamente) + por (colocar) + tório (local), ou seja, local em que se repõe, ou se recolocam coisas.

O processo de organização de um repositório de objetos de aprendizagem requer mais do que a simples inclusão de materiais na rede, devendo ser definidas políticas e infraestrutura tecnológica que assegurem a organização, tratamento, preservação e acessibilidade dos objetos disponibilizados (Silva; Café; Catapan, 2010). Nesse sentido, a definição de uma política nacional de criação de um repositório educacional requer o imprescindível fortalecimento dessa estratégia em âmbito institucional, de modo a propiciar a integração com as demais iniciativas da própria Instituição e de outras sob sua coordenação.

Por meio desta pesquisa foram identificados como relevantes repositórios de objetos de aprendizagem e materiais educacionais, lançados pelo MEC, visando alcançar o público da educação básica, sejam os estudantes ou docentes desta etapa educacional, os seguintes: Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED); Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE); Domínio Público; Portal do Professor; Plataforma MEC Recursos Educacionais Digitais (MEC/RED); Portal

³ Nascimento (2009) usa o termo “referatory”, em inglês, aqui traduzido pelas autoras por referatórios, por já ser termo amplamente conhecido e utilizado em língua portuguesa.

eduCAPES. A Tabela 1, a seguir, apresenta os repositórios mencionados, assim como suas definições e escopos.

Tabela 1. Repositórios Educacionais do MEC/BRASIL Relacionados à Comunidade da Educação Básica. Fonte: As autoras com base nas informações dos Repositórios, 2019.

| Repositório | Ano de Criação | Público Alvo | Tipos de Materiais | Status |
|------------------------|-----------------------|---|---|----------------------------------|
| RIVED | 1999 | Estudantes da educação básica Docentes da educação básica | Atividades multimídia, interativas, na forma de animações e simulações | Descontinuado |
| Portal Domínio Público | 2004 | Comunidade brasileira e internacional (da educação básica à superior) | Obras clássicas, da literatura nacional e internacional, em domínio público | Ativo/ Desatualizado |
| BIOE | 2007 | Comunidade educacional brasileira e internacional (da educação básica à superior) | Objetos educacionais digitais, de acesso livre, em diferentes idiomas e formatos | Descontinuado/Integrado a outros |
| Portal do Professor | 2008 | Docentes da educação básica | Recursos educacionais voltados ao trabalho dos professores | Ativo/Desatualizado |
| eduCAPES | 2016 | Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) Comunidade educacional | Objetos de aprendizagem produzidos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e diversos outros, da educação básica à | Ativo |

| | | | | |
|---------|------|--|--|-------|
| | | brasileira e internacional (da educação básica à superior) | superior | |
| MEC/RED | 2017 | Docentes da educação básica Comunidade brasileira e internacional (da educação básica à superior) | Objetos educacionais digitais, de acesso livre, em diferentes idiomas e formatos | Ativo |

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Triviños (1987), é o tipo de estudo que pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, que neste trabalho, são os repositórios educacionais da educação básica instituídos pelo MEC.

Constitui-se também de uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois foi feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escrito ou eletrônico, como artigos científicos, livros e páginas de web sites (Fonseca, 2002), que neste estudo, foi a identificação na literatura do que se tem afirmado sobre repositórios educacionais. E pesquisa documental, pois utilizou fontes primárias, ou seja, dados que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, como os sítios digitais dos repositórios educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa aborda seis repositórios de objetos e materiais educacionais, cujos enfoques são direcionados aos públicos da educação básica, como estudantes, professores e comunidade escolar em geral. Destes, cinco foram instituídos e geridos pelo MEC e um pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), fundação ligada ao MEC que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e no apoio à formação de professores para a educação básica.

Dos repositórios pesquisados, dois deles encontram-se descontinuados (BIOE e RIVED). A instituição destes repositórios, com especial destaque para o RIVED marcam as primeiras iniciativas ministeriais no sentido de produzir e prover recursos educacionais aos usuários da educação básica.

Apesar de o projeto RIVED ter sido descontinuado, a página pública do repositório esteve disponível até o primeiro semestre de 2020, conforme apresenta a Figura 1 abaixo. Até esse período ainda era possível acessá-la e realizar buscas e pesquisas de materiais produzidos à época, embora com extrema lentidão.

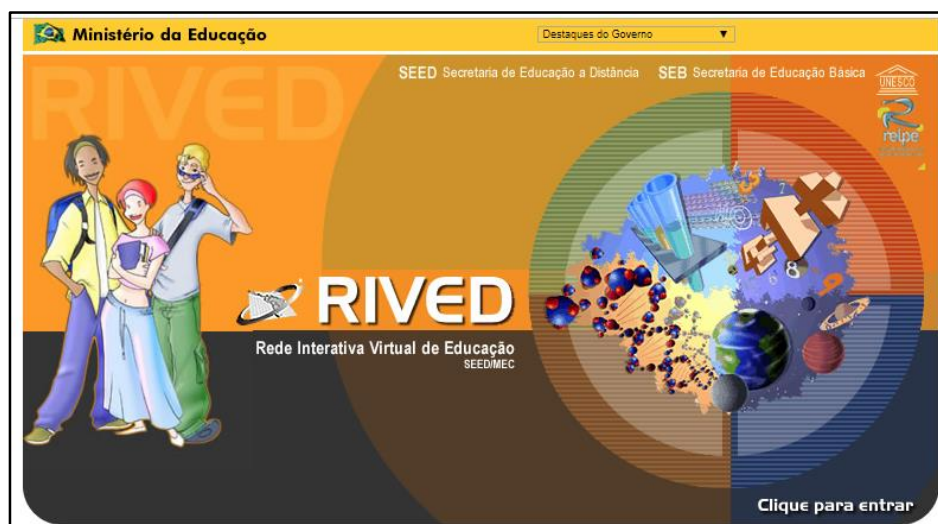


Figura 1. Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED/MEC). Fonte: Ministério da Educação (MEC).

O RIVED, pioneira dentre as ações mencionadas, foi lançado no final dos anos 1990, pela Secretaria de Educação a Distância (SEED)⁴ (veja nota de rodapé 2) do MEC. Entre 1999 e 2003 a produção dos materiais era realizada no âmbito da própria SEED, quando, então, passou a ser delegada para 16 (dezesseis) Instituições de Ensino Superior Públicas parceiras do projeto, por meio do Projeto Fábrica Virtual⁵. Ressalte-se, contudo, que enquanto o repositório ainda permanecia disponível, as pesquisas realizadas não permitiram localizar os objetos educacionais produzidos na etapa do projeto Fábrica Social, já que eles não constavam da página pública do RIVED. O Repositório continha, até o ano de 2019, um total de 120 recursos educacionais disponíveis. De acordo com Cintra (2010),

Os objetivos do projeto RIVED visam à ampliação de equipes para a produção de módulos educacionais e à criação de uma postura ativa dos licenciados e bacharéis envolvidos no projeto, deixando de ser simples consumidores de tecnologia para assumirem um papel de desenvolvedores de novas tecnologias. Em 2006 iniciou-se a produção de módulos

⁴ A SEED foi extinta em janeiro de 2011.

⁵ O Projeto RIVED/Fábrica Virtual foi criado em 2004 e tem como propósitos intensificar e transferir o processo de desenvolvimento e produção de recursos educacionais digitais (na forma de objetos de aprendizagem) da SEED para as Instituições de Ensino Superior e inserir novas abordagens pedagógicas que utilizem a informática nas licenciaturas das nossas universidades por meio da promoção de um trabalho colaborativo e interdisciplinar dentro da academia. Espera-se com isso gerar uma cultura de produção e uso de objetos de aprendizagem nas universidades, envolvendo os futuros licenciados e bacharéis. Informação disponível em http://rived.mec.gov.br/site_objeto_lis.php.

educacionais de conteúdos nas outras áreas de conhecimento e para o ensino fundamental, profissionalizante e atendimento às necessidades especiais. Com esta nova política, o RIVED — Rede Internacional Virtual de Educação — passou a se chamar RIVED — Rede Interativa Virtual de Educação, deixando de ser uma parceria com países da América Latina, passando a ser unicamente brasileiro (Cintra, 2010).

O RIVED permanece entre os repositórios referenciados nesta pesquisa dada a sua relevância enquanto realização pioneira do MEC, que abriu caminhos para outras iniciativas posteriores.

A Figura 2, abaixo, mostra a página inicial do BIOE. Destaque-se que a interface de acesso ao repositório tornou-se indisponível durante o primeiro processo de elaboração deste artigo, no segundo semestre de 2019. De acordo com informações obtidas junto ao MEC, os objetos educacionais foram indexados ao MEC RED, ao eduCAPES e Portal do Professor. Optou-se por manter o BIOE entre os repositórios listados neste artigo, entretanto, tendo em vista a relevância estratégica e histórica desse repositório para a educação nacional.



Figura 2. Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE/MEC). Fonte: Ministério da Educação (MEC).

O BIOE foi criado em 2007 pelo MEC, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Rede Latino-americana de Portais Educacionais (RELPE), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e algumas universidades brasileiras, com o fim de localizar, catalogar, avaliar, disponibilizar, manter e compartilhar objetos educacionais digitais de acesso livre, disponíveis em diferentes formatos, considerados relevantes e adequados à comunidade educacional brasileira e internacional. Os recursos educacionais digitais eram disponibilizados de acordo com os níveis de ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB) (Afonso et al., 2011). Ao tratar do projeto de implantação do BIOE, Nascimento (2009) previa que,

A participação estará aberta a todos os países com interesses em contribuir (com sua produção nacional de recursos de alto padrão pedagógico) e desfrutar de um banco de recursos internacional, em várias mídias e com grande potencial pedagógico. Os materiais a serem

publicados no banco terão, antes, ser avaliados por um comitê editorial internacional. Cada país participante poderá ter representantes no comitê editorial internacional responsável pela avaliação desses materiais no banco.

Como expõe a autora, o processo de submissão dos objetos educacionais ao BIOE foi elaborado por meio de uma sistemática complexa, em que cada um dos recursos educacionais submetidos deveria passar pela avaliação de um comitê especializado, formado por professores e pesquisadores. A avaliação poderia se dar em várias etapas, inclusive com as devolutivas necessárias para retificação. A publicação, somente autorizada após a avaliação positiva do recurso por parte do comitê (Nascimento, 2009).

Pondera-se que a complexidade do processo de submissão de objetos educacionais tenha contribuído para a burocratização da gestão do BIOE no âmbito do MEC. Possivelmente esse fator tenha dificultado a renovação do repositório a longo prazo. Considere-se, ainda, a onerosa e difícil operacionalização da renovação de comitês de áreas para avaliação constante de cada um dos objetos submetidos.

O próximo repositório analisado, o Portal do Professor, foi lançado no ano de 2008, quase que paralelamente ao BIOE, também no âmbito da extinta SEED. Segundo Bielschowsky e Prata (2010), o Portal foi concebido com o intuito de oferecer aos profissionais do magistério o aperfeiçoamento de sua prática educativa cotidiana, com o uso de TIC, por meio de um processo de ensino e aprendizagem mais significativos e contextualizados.

O Portal do Professor surgia assim, para servir como uma ferramenta, um suporte ao trabalho docente, permitindo a estes profissionais o acesso aos conteúdos, planejamentos de aulas, fóruns de debates e, também, objetos educacionais diversos. Novamente Nascimento (2009), tratando da proposta de concepção do Portal do Professor, pressupunha que

O portal funcionará como elemento integrador do sistema público de educação básica, unindo MEC, secretaria estaduais e municipais de educação, escolas, gestores, professores e alunos e permitindo o compartilhamento de recursos educacionais. Por meio dessa iniciativa inédita espera-se obter melhor qualidade no ensino, diminuição da evasão escolar, melhoria na formação continuada dos professores, contato direto entre os educadores - e destes com as instituições - e diminuição das desigualdades entre as várias escolas no que se refere ao acesso ao conhecimento.

Notava-se, à época, uma concepção ambiciosa para o Portal do Professor por parte dos seus idealizadores com objetivos difíceis de avaliar o alcance. De qualquer modo, pesquisas no sentido de reportar experiências exitosas com o uso do repositório foram localizadas quando da elaboração deste artigo.

Em 2019, observou-se que o Portal do Professor vem recebendo atualizações de notícias e informes e, apesar da desatualização, possui acessos reportados no próprio sítio e até algumas postagens de aulas por parte de professores. Ele é, sem dúvidas, o mais conhecido dentre os repositórios ministeriais e apesar de não seguir sendo atualizado, é um recurso para os docentes da educação básica.

Nota-se, contudo, estreita semelhança entre o conteúdo e finalidade do Portal do Professor com a mais recentemente criada, plataforma MEC RED, da qual trataremos adiante. Acredita-se que existe a possibilidade de não ficar claro aos usuários qual destes repositórios de fato seria o mais apropriado para as buscas do público em geral e/ou específico.

A sobreposição entre repositórios com finalidades similares no âmbito do mesmo órgão gerenciador pode vir a confundir e dispersar os usuários a que se destinam, os quais poderiam não compreender qual o repositório seria o mais atual e/ou completo e confiável. Esforços para congregar ou mesmo unificar tais repositórios poderiam favorecer a efetividade das ações ministeriais no sentido de democratização de recursos educacionais abertos.



Figura 3. Portal do Professor. Fonte: Ministério da Educação (MEC).

A Plataforma MEC de Recursos Digitais (MEC RED), foi lançada no ano de 2017 e de acordo com as informações constantes do próprio repositório, trata-se de ambiente construído para os professores da educação básica. O texto de apresentação comenta que,

A partir de uma iniciativa do Ministério da Educação, surge em outubro de 2015 a proposta de reunir e disponibilizar, em um único lugar, os Recursos Educacionais Digitais dos principais portais do Brasil. Com o objetivo de melhorar a experiência de busca desses Recursos, a Plataforma foi desenvolvida numa parceria coletiva entre: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professoras (es) da Educação Básica de todo o Brasil. Assim, a Plataforma MEC pretende se tornar uma referência em Recursos Educacionais Digitais, como um ambiente de busca, interação e colaboração entre professoras (es) (Plataforma MEC RED).

A MEC RED apresenta ambiente interativo com atualização em tempo real sobre os quantitativos de recursos disponíveis, baixados e publicados. A Figura 4 adiante, apresenta visão parcial da página inicial da plataforma.

Importante destacar que são listados como portais parceiros desta plataforma, o Portal do Professor, o BIOE e o Domínio Público, todos eles informados, conforme destacado neste estudo, sob a gestão do MEC.

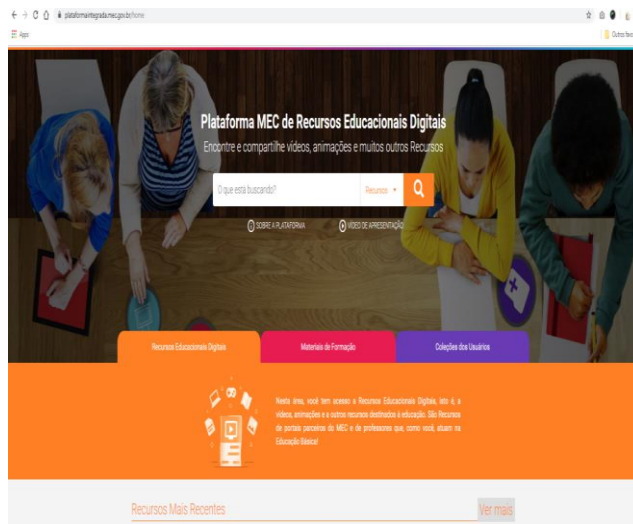


Figura 4. Visão Superior - Página Inicial da Plataforma MEC RED. Fonte: Ministério da Educação (MEC).

Merece atenção, contudo, que tanto a MEC RED, como os demais repositórios não têm sido objeto de divulgação por parte do MEC, embora estejam previstas nas normatizações mais recentes que tratam da disponibilização de recursos educacionais abertos, como o Decreto 9.204, de 23 de novembro de 2017, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências e a Portaria MEC nº 451, de 16 de maio de 2018, por meio da qual são definidos critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do MEC. A Portaria MEC nº 451/ 2018 determina em seus Artigos 9º e 10º que,

Art. 9º Os recursos educacionais digitais a serem disponibilizados na Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais do Ministério da Educação - MEC RED, a critério da SEB-MEC, deverão ser avaliados alternativamente por: [...]

IV - Processo automatizado, realizado pela Plataforma MEC RED, quando o recurso for encaminhado por usuário da Plataforma que esteja cadastrado como professor no Censo Escolar realizado pelo Inep; ou

V - Meio de mecanismos de redes sociais que levem em conta o comportamento dos usuários e a sua avaliação, quando a SEB-MEC julgar necessário, inclusive permitindo o ranqueamento dos recursos (...).

Art. 10. Os recursos educacionais serão disponibilizados gratuitamente em programas e plataformas oficiais do MEC, sejam elas repositórios, biblioteca de aplicativos, coleções estruturadas ou outras.

Interessante destacar as inovações trazidas pela Portaria quanto ao processo de submissão de recursos educacionais, o qual torna-se mais flexível, permitindo que todo professor da educação básica previamente cadastrado no Censo da Educação Básica nacional possa submeter seus objetos educacionais. Assim também são previstos meios de curadoria e mecanismos de redes sociais, com a possibilidade de ranqueamento de recursos.

Para os demais usuários, o processo de submissão requer que o detentor da autoria do material ou da licença de direitos autorais passe por um processo de inscrição prévia no sistema, assim como de concordância do termo de compromisso e responsabilidade.

O próximo dentre os portais verificados é o eduCAPES. Esse foi instituído por meio da Portaria Capes nº 106, de 14 de julho de 2016. Inicialmente, o eduCAPES tinha como escopo abrigar os objetos educacionais produzidos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com Art. 2º, da citada Portaria:

Art. 2º. O portal eduCAPES englobará em seu acervo laboratórios remotos e virtuais, jogos educacionais, ebooks, vídeo-aulas dissertações, e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta ou sob domínio público advindos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e também de parcerias firmadas com outras instituições ou entidades que possuem material voltados para a Educação (Capes, 2016).

O eduCAPES tem em comum com os demais repositórios ministeriais anteriormente apresentados a disponibilização gratuita e aberta a materiais educacionais diversos. Igualmente, possui parcerias firmadas para acesso a materiais de várias outras fontes, inclusive parcerias internacionais, como a *American English* e a *Khan Academy*. No repositório, os objetos educacionais são acessados por meio da ferramenta de busca, a qual pode remeter a repositórios parceiros ou retornar a objetos hospedados no próprio portal.

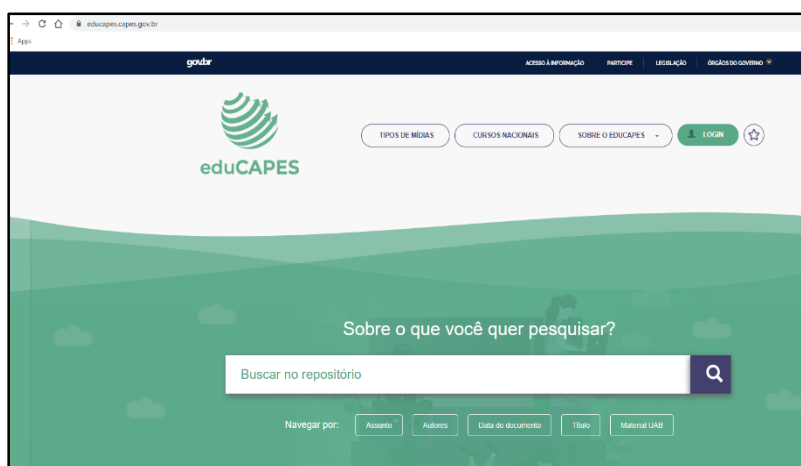


Figura 5. Portal eduCAPES. Fonte: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

O eduCAPES permite a inclusão de materiais licenciados. A escolha do tipo de licença a ser atribuída ao material pode se dar no próprio portal a que estejam mapeados em esquemas padronizados

de metadados. Para realizar a submissão, assim como para firmar os termos de compromisso e responsabilidade, é necessário que o detentor da autoria do material ou da licença de direitos autorais passe por um processo de inscrição prévia no sistema.

O repositório inclui um sistema de avaliação individual dos materiais e de denúncias, de modo que os usuários possam participar do processo avaliativo dos mesmos. Sistemáticamente, a Capes avalia os relatórios de avaliação e denúncias para arbitrar quanto à exclusão dos materiais mal avaliados ou denunciados. Trata-se, portanto, de um processo simplificado tanto para a submissão quanto para a avaliação dos materiais submetidos no repositório.

Conclui-se a descrição de repositórios ministeriais, com um destaque especial para o Portal Domínio Público. Este repositório abriga obras clássicas, em sua maioria obras literárias, as quais já se encontram em regime de domínio público, ou devidamente licenciadas segundo a legislação brasileira (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Dentre os portais listados neste trabalho, talvez o Domínio Público seja o que apresenta o caráter mais abrangente e agregador de todos. Ele não está voltado necessariamente à comunidade da educação básica, tendo em vista comportar obras clássicas, que podem servir aos estudantes de quaisquer níveis, ou até mesmo, aos não estudantes. O Domínio Público revela-se como uma fonte de inestimável valor cultural e acadêmico de materiais em diversos formatos, tais como: coleções literárias infantis; obras literárias clássicas nacionais e internacionais; coleções de obras sobre grandes educadores; músicas em formato mp3; livros clássicos em formato PDF; legislação federal; produções acadêmicas como teses e dissertações e outros.

Apesar da riqueza do conteúdo, a interface inicial do portal Domínio Público apresenta-se pouco interativa, com escassos recursos dialógicos para com os usuários. A figura 7, a seguir apresenta a página inicial do Portal.

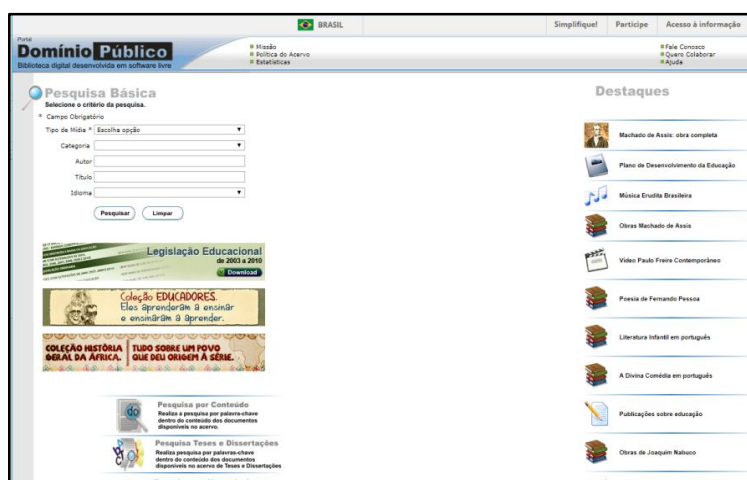


Figura 6. Portal Domínio Público. Fonte: Ministério da Educação (MEC).

Observou-se arquivos existentes no Domínio Público (como a legislação federal, a legislação educacional) que estão defasados em, ao menos dez anos⁶, o que demonstra não haver atualizações nesta plataforma, nem novos depósitos de materiais e obras.

Dada a riqueza do acervo do Portal e seu potencial, não poderiam os seus materiais constar de quaisquer outras das plataformas aqui apresentadas, facilitando assim as buscas por parte dos usuários? Ou mesmo, o Portal Domínio Público não poderia ser revitalizado e seguir cumprindo seu papel institucional?

Adiante, a Figura 7 apresenta os quantitativos de objetos educacionais localizados em cada um dos repositórios. Cumpre esclarecer que os dados coletados para tais quantificações foram retirados das informações constantes em seus próprios sítios, à exceção do BIOE. Como o BIOE ainda está como parceiro dentro do eduCAPES, foi possível resgatar pelo eduCAPES, o seu quantitativo de objetos.

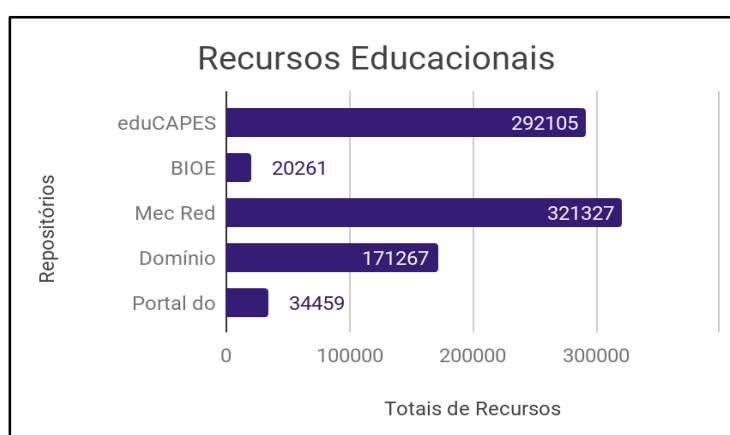


Figura 7. Repositórios Educacionais para a Educação Básica - MEC. Fonte: As autoras com base nas informações dos Repositórios Educacionais, 2020.

No Domínio Público, foram somados todos os tipos de mídias existentes: imagem, som, texto e vídeo; no Portal do Professor, foram considerados os quantitativos de estatísticas de recursos por nível de ensino juntamente com as estatísticas de aulas por nível de ensino; tanto no eduCAPES como no RIVED foram realizadas buscas sem a digitação de nenhum caractere, para que o Sistema buscasse o total de resultados. O único repositório que tem o dado explícito em sua tela inicial, é o MEC RED.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de repositórios educacionais por parte do MEC marcou um momento de democratização do acesso ao conhecimento, permitindo aos estudantes, profissionais da educação e

⁶ Confirme-se esta informação em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=134&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=DS_TITULO&ordem=null

demais cidadãos o acesso a materiais educacionais diversificados de forma gratuita, aberta e acessível. Nesse sentido, os repositórios revelam-se como ferramentas educacionais significativas e sua adoção por parte do MEC denota uma sintonia entre as políticas públicas federais geridas naquele Ministério com os anseios da sociedade educacional brasileira, a qual necessita e deseja integrar o uso da tecnologia às suas atividades.

A pesquisa constatou a descontinuidade e/ou desatualização de alguns dos repositórios analisados, o que pode sinalizar para possíveis pontos de atenção dentre as ações ministeriais, no que tange à manutenção e renovação dos seus repositórios de objetos educacionais. Observou-se, ainda, a coexistência de repositórios com objetivos e propostas semelhantes. Essa constatação denota a possibilidade de melhor eficiência na aplicação dos esforços institucionais, assim como de seus recursos materiais, econômicos e humanos.

Entendeu-se que a complexidade do processo de submissão de objetos educacionais, de operacionalização de comitês de áreas para avaliação podem ter contribuído para que projetos como o BIOE e o Portal do Professor não tenham sido melhor sucedidos do ponto de vista de sua continuidade e renovação. Não foi objeto desta pesquisa a análise do cumprimento dos objetivos institucionais propostos para os repositórios, conforme descrito por Nascimento (2009), os quais pareceram de difícil possibilidade de aferição.

Observou-se que os repositórios de objetos educacionais mais recentemente implantados, como o MEC RED e o eduCAPES preveem mecanismos de licenciamento, de submissão de materiais e de avaliação menos complexos, os quais preveem a participação e auto responsabilização dos usuários em todas as etapas dos processos. Essa característica, em princípio, parece viabilizar a gestão dos repositórios a longo prazo.

Ademais, destaca-se a necessidade de maior divulgação dos repositórios públicos aos usuários aos quais se destinam. Entende-se que a ampla visibilidade e disponibilidade podem contribuir para o êxito dos repositórios. Mais do que constar armazenado, é preciso fazer saber da existência dos conteúdos, isto é: possibilitar ao usuário a consciência de que tais materiais existem em acesso aberto (Fergunston, 2017).

Conclui-se pela necessidade de contínua aplicação de esforços governamentais no sentido de planejar o provimento, e a atualização de seus repositórios educacionais, de modo a cumprir com o objetivo último desses valiosos mecanismos, qual seja, o de democratizar o acesso aos recursos educacionais abertos aos cidadãos que deles necessitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso MCL, Eirão TG, Melo JHM, Assunção JS, Leite SV (2011). Banco internacional de objetos educacionais (BIOE): Tratamento da informação em um repositório educacional digital. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(3): 148-158.
- Balbino J (2007). *Objetos de aprendizagem: contribuições para sua genealogia*. Acesso em 20 de agosto de 2019 de http://www.dicasl.com.br/educacao_tecnologia/educacao_tecnologia_20070423.php#.XQObn4hKiUk.
- Bielschowsky CE, Prata, CL (2010). Portal Educacional do Professor do Brasil. *Revista de Educación*, (352): 1-14. Acesso em 15 de Agosto de 2019 de <http://www.revistaeducacion.educacion.es/re352.htm>.
- Cintra VP (2010). *Projeto Rived: um estudo de caso de uma equipe de matemática*. 105 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010. Acesso em 20 de agosto de 2019 de <<http://hdl.handle.net/11449/91084>>.
- CAPES (2016). Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior *Portaria nº 106, de 14 de junho de 2016*. Acesso em 18 de agosto de 2019 de <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/portaria-n-106-14-julho-2016.pdf>
- CAPES (n.d). Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. *Portal eduCAPES*. Acesso em 18 de agosto de 2019 de <https://educapes.capes.gov.br/>.
- Fergunston CL (2017). Open educational resources and institutional repositories. *Serials Review*, 43(1): 34-38.
- Fonseca JJM (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Litto FM (2010). *Aprendizagem a distância*. Imprensa Oficial de São Paulo. 96 p. Acesso em 22 de junho de 2020, de <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/12.0.813.730.pdf>
- Ministério da Educação (MEC). *Portal Domínio Público*. Acesso em 02 de Julho de 2020 de <http://www.dominiopublico.gov.br>
- MEC (2005). Ministério da Educação. Secretaria de educação à distância Acesso em 19 de agosto de 2019 de <http://rived.mec.gov.br/>.
- MEC (n.d). Ministério da Educação Portal do professor. Acesso em 21 de agosto de 2019 de <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>.
- MEC (n.d). Ministério da Educação. Plataforma MEC de Recursos Educacionais Digitais (MEC RED). Acesso em 21 de Agosto de 2019 de <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/sobre>.

- Müller CC (2012). Recursos educacionais abertos e formação continuada de agentes públicos. In: Litto FM, Formiga, M. (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. Volume 2. São Paulo: Pearson, 103-115.
- Nascimento ACAA (2009). Aprendizagem por meio de repositórios digitais e virtuais. In Litto FM, Formiga M (Orgs.) *Educação a Distância: o Estado da Arte*. São Paulo: Pearson, 352-358.
- Secretaria Geral da Presidência da República (2017). Decreto nº 9.204 de 23 de novembro de 2017. Recuperado em 23 de agosto de 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm
- Silva EL, Café L, Catapan AH (2010). Repositórios de recursos educacionais livres: Bases teóricas para o desenvolvimento da pesquisa. *Ciência da Informação*. 39(3).
- Triviños ANS (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Editora: Atlas, São Paulo. 174p.
- Vechiato FL, Marques CAG, Koshiyama DCA di G, Moura EA, Torino MAQ; Marques T. MSM (2017). *Repositórios digitais teoria e prática*. Curitiba, PR: EDUTFPR.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia Bragantina, 56, 57, 59, 68, 71, 72, 73
avaliação da aprendizagem, 20, 22, 28, 36, 38,
39

C

Canva, 42, 53, 54
cultura de desempenho, 104, 105, 106

E

educação
a distância, 79, 89, 92, 97
do campo, 9, 10, 16, 18, 60, 61, 63, 68, 72
e Internet, 8, 9, 17
enfoques, 12, 56, 57, 59, 66, 79
escolas campesinas, 59, 69
estado da arte, 8, 14, 17, 18, 89, 111
estrutura, 46, 48, 49, 56, 91

F

formação
continuada, 20, 38, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 81, 89, 90,
91, 92, 93, 94, 97, 98, 102, 103, 104, 106
de professores, 12, 90, 98, 101

G

gênero discursivo, 41

I

impactos, 56, 57, 68, 105

L

língua inglesa, 41, 44, 45, 46, 47

M

memórias discentes, 20, 28, 32, 38
meritocracia, 104, 105
Ministério da Educação (MEC), 9, 75, 79, 80,
82, 83, 86, 89, 92

P

PNAIC, 56, 57, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
71, 73
políticas educacionais, 9, 102, 103
produtividade, 70, 108
professorado Campesino, 56

R

repositórios educacionais, 75, 77, 87
responsabilização, 88, 101, 102, 104, 105, 106,
107

T

tecnologia e educação, 14
trabalho alienado, 108
trabalho docente, 62, 66, 69, 81, 90, 93, 107,
108, 109, 110



Dayse Rodrigues dos Santos

Licenciada em Letras Português e Inglês pela URI e em Pedagogia pela UFSM. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela FURG. Mestra em Estudos da Linguagem na UFG. Professora do IFPA em Santarém.



Nila Luciana Vilhena Madureira

Licenciada em Pedagogia (UEPA). Especialista em Gestão em Educação (UEPA), em Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa (UFPA), e em Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática (IEMCI-UFPA). Mestra em Educação (UFPA). Professora do IFPA em Santarém.



Mary Jose Almeida Pereira

Graduada em Pedagogia (UFPA). Especialização em Metodologia da Pesquisa Científica (UEPA). Mestre em Educação (UFPA). Doutoranda em Educação (UFPA). É técnica em educação na SEDUC/PA.

ISBN 978-658831901-7



9

786588

319017

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br